

Compromisso rumo a uma cidade educadora

Olá companheira/o, meu nome é Guida Calixto, tenho 49 anos, mulher, negra, servidora pública municipal, monitora de educação infantil desde 1997. Também sou advogada e militante do movimento Advogados Independentes. Tenho dedicado minha vida profissional à construção e organização de uma educação pública, gratuita, democrática, plural, de qualidade e com princípios libertadores para o desenvolvimento de nossas crianças.

Em Campinas, na educação pública municipal, os educadores, profissionais qualificadíssimos, atuam de forma militante e comprometidos em garantir um serviço público de qualidade social e universal para nossos alunos em todas as modalidades de ensino (educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos).

No entanto, toda essa perspectiva foi esvaziada nos últimos governos municipais em detrimento de atender o setor terceirizado, privatista. Na educação fundamental nenhuma escola municipal foi inaugurada nos últimos anos, aumentando a oferta de escolas particulares em toda a região periférica da cidade. Na Educação Infantil, o município deixou de investir em construções e aumento de atendimento público estatal para financiar projetos como “Nave mãe” e “Bem querer”, os quais recebem o financiamento público para atender o interesse privado, sem apresentar a mesma qualidade de atendimento que os Centros Infantis (CEI) municipais, promovendo a precarização da força de trabalho e de atendimento. As Organizações Sociais - OS e demais entidades privadas que participam do convênio com a prefeitura não priorizam o papel educativo na construção das relações sociais, pois o pagamento é realizado por número de atendimento. Para as entidades conveniadas transformar uma biblioteca em uma sala de aula é mais interessante do que preservar o espaço educativo. Quanto mais aluno, mais dinheiro para a instituição. Nesse sentido, o caráter quantitativo e mercantil é evidente. A qualidade e os investimentos são compreendidos, por esses interesses privados, como ameaça ao lucro.

É bom lembrar ainda os ataques do governo local e de muitos vereadores à atuação dos profissionais da educação, tentando impor a “Lei da Mordaça” que impedia a liberdade de cátedra; pautando um projeto que atacava o direito pedagógico de abordar o tema de gênero e sexualidade nas escolas; na construção autoritária de instalação das escolas militarizadas, que inibem a liberdade e um ambiente de diversidade cultural. Ambos projetos derrotados através de forte mobilização

popular de moradores, militantes e profissionais da educação, na qual também estive na linha de frente da mobilização e atuando como advogada popular.

Esse desmonte do Estado passa a ser a “caixa de ouro” do setor privado, ainda mais no Governo Bolsonaro e Dória em que o ensino público é alvo de seus projetos privatistas. Os ataques ao conhecimento científico e a brutal queda no financiamento da educação são bases do projeto neoliberal, que começa na educação infantil e vai até o ensino superior. Governos estes que pensam educação como mercadoria para os empresários do setor, tentando expor de maneira irresponsável nossas crianças e jovens às aulas presenciais, num momento de forte crescimento da pandemia do coronavírus. A política do dinheiro, que não respeita a vida – não podemos admitir!

Vivenciamos também uma forte crise nos investimentos do ensino superior público, na liberdade de pensamento, na perseguição ao ensino crítico e na elitização do acesso universitário. Importante notarmos que isso tem grande impacto em nossa cidade, para o acesso dos filhos e das filhas da classe trabalhadora no ensino superior público e de qualidade, como a UNICAMP e o IFSP (Instituto Federal de São Paulo).

Nesse sentido, além da luta pela ampliação da educação pública em todos os níveis, é importante fortalecer as iniciativas populares de cursinhos preparatórios para os vestibulares e de educação popular, garantindo que tenham não só plenas condições de funcionamento, mas também que se transformem em locais de valorização da cultura juvenil, de resistência e de apropriação do conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Colaborando assim com suas pautas, como por exemplo, o passe livre no sistema público de transporte.

| Em nossa cidade já houve tempo que a educação era uma política pública prioritária.-

Um projeto verdadeiramente popular para a educação precisa incorporar princípios fundamentais como a efetiva gestão democrática; a compreensão da educação como direito fundamental; a defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade; a defesa da articulação, interlocução e transversalidade na rede educacional; a intersectorialidade da educação com variados serviços públicos; a construção de laços com a toda a comunidade escolar, tendo o cuidado como condição humana; uma educação antirracista como princípio educativo e que promova, desde a primeira infância, o combate ao racismo estrutural; que valorize a diversidade cultural, de gênero, sexual; a construção de um currículo vivo, articulado com a realidade social vivida pelos alunos; a valorização dos profissionais da educação. Estes princípios, que norteiam nosso programa de governo para a educação, serão assumidos em nosso futuro mandato.

Diante disso, não tenho a menor dúvida sobre a importância da educação pública aqui em Campinas, na necessária socialização de todos os conhecimentos, no fortalecendo das relações sociais rumo à sociedade emancipada, ampla, antirracista, contra qualquer tipo de preconceito e que atenda aos interesses dos/as filhos/as da classe trabalhadora, em que os alunos e as alunas tenham a possibilidade de ter acesso a um ensino crítico e plural, onde os educadores e educadoras possam exercer sua liberdade pedagógica em busca de uma sociedade democrática e socialista.